

ARGUMENTAÇÃO, RETÓRICA E ANÁLISE DO DISCURSO FALACIOSO ARGUMENTATION, RHETORIC AND FALLACIOUS DISCOURSE ANALYSIS

Tiago Gomes Landim¹

[HTTPS://orcid.org/0000-0001-5095-066X](https://orcid.org/0000-0001-5095-066X)

Resumo: O texto explora a evolução das concepções sobre a significação das palavras, contrastando a visão tradicional, que enfatiza a interpretação individual das palavras, com a abordagem de Wittgenstein, que destaca a contextualização social da linguagem. Wittgenstein propõe uma concepção intersubjetiva da linguagem, na qual o sentido das palavras é construído através da interação social e cultural. Essa mudança de perspectiva implica uma crítica à visão anterior da primeira fase de Wittgenstein. Na segunda fase, ele percebe que as palavras adquirem significado no contexto social, e a linguagem é vista como uma ação, uma condição para a comunicação e um fenômeno social. O sentido das palavras é moldado pelo contexto cultural e temporal, emergindo de grupos e épocas específicas. A linguagem é vista como tendo duas dimensões: a ação de falar e o conteúdo da fala. O filósofo é encarregado de julgar se há contradições performativas, ou seja, inconsistências entre o conteúdo verbal e a ação comunicativa subjacente. O texto propõe uma abordagem filosófica para analisar discursos, levando em consideração elementos como contexto, pretexto, texto e contradição performativa. Essa abordagem é aplicada ao discurso de demissão de Sérgio Moro do cargo de Ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil.

Palavras-chave: Retórica Falaciosa. Wittgenstein. Linguagem. Análise de discurso. Ação comunicativa.

Abstract: The text explores the evolution of conceptions about the meaning of words, contrasting the traditional view, which emphasizes the individual interpretation of words, with Wittgenstein's approach, which highlights the social contextualization of language. Wittgenstein proposes an intersubjective conception of language, in which the meaning of words is constructed through social and cultural interaction. This change of perspective implies a critique of Wittgenstein's previous view of the first phase. In the second phase, he realizes that words acquire meaning in the social context, and language is seen as an action, a condition for communication and a social phenomenon. The meaning of words is shaped by the cultural and temporal context, emerging from specific groups and times. Language is seen as having two dimensions: the action of speaking and the content of speaking. The philosopher is in charge of judging whether there are performative contradictions, that is, inconsistencies between the verbal content and the underlying communicative action. The text proposes a philosophical approach to analyzing speeches, taking into account elements such as context, pretext, text and performative contradiction. This approach is applied to Sérgio Moro's resignation speech from the position of Minister of Justice and Public Security of Brazil.

Keywords: Fallacious Rhetoric. Wittgenstein. Language. Discourse analysis. Communicative action.

¹ Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará, Professor da Universidade Regional do Cariri – URCA, Crato/Ceará/Brasil, aluno do Doutorado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. tg_landim@yahoo.com.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5820688439767711>

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a tradição, a questão da significação das palavras é algo que se dá de forma individual, ou seja, cada palavra adquire seu sentido quando lhe é dado por um indivíduo: através da razão, ele confere a um som uma correspondência com um objeto. A palavra trata do que é comum aos objetos de uma mesma espécie. Wittgenstein, na sua segunda fase², vem fazer uma crítica a essa concepção, percebendo que estaria também fazendo uma crítica a si mesmo na sua primeira fase³. Nessa segunda fase, ele concebe que a significação das palavras se dá de forma contextualizada, ou seja, o sentido das palavras é adquirido no seu contexto social; a linguagem não é mais um ato íntimo, individualista e, sim, é ação, é condição de possibilidade da comunicação, é um ato social a palavra adquire sentido no contexto cultural e “*epocal*”, é dizer, nasce em um grupo e uma época específicos.

Para os filósofos anteriores a Wittgenstein, o sentido dado à palavra de forma subjetivista passa a tornar-se comum a todos os demais sujeitos, por convenção; a contestação wittgensteiniana em relação a essa tese aparece sob a argumentação de que se o sentido das palavras se desse de modo subjetivista, não haveria o que se chama gramática superficial, isto é, regras de linguagem comum a todos, dado a que cada um criaria o seu próprio código de palavras, com os significados equivalentes. Wittgenstein uma espécie de concepção intersubjetiva da linguagem, na qual o sentido das palavras se daria não de forma subjetivista, solipsista, mas, considerando a interação social como espaço da construção da linguagem, cada grupo social cria o seu próprio jogo de linguagem.⁴

Para que alguém possa analisar um discurso, é importante que, em primeiro lugar, mostre qual é o jogo de linguagem que vai utilizar, é dizer, de qual grupo social vai tomar emprestados os signos, os códigos e seus significados. No caso específico dessa proposta, ela se dará no campo da filosofia, portanto, é de se supor o jogo de linguagem da filosofia.

Antes de delinear os aspectos filosóficos dessa proposta de método, é importante apresentar os elementos que são comuns a todos e quaisquer discursos a serem analisados: contexto, pretexto e texto.

² WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Abril Cultural, 1996. (Coleção: Os Pensadores). 207 p.

³ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. 2. ed. São Paulo, Edusp, 1994. 296 p.

⁴ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Abril Cultural, 1996. (Coleção: Os Pensadores). 207 p. N. 242, p. 98

1.1 Contexto:

Existe uma realidade na qual o texto foi produzido e, já pressupondo que não existe uma produção que prescindia do lugar, da situação na qual ela foi elaborada, é necessário a quem vai analisar que se detenha um instante a explicitar a conjuntura que influenciou ou provocou o autor a produzir o texto que será analisado.

1.2 Pretexto:

Esclarecido a correlação de elementos externos que teriam influenciado a produção do texto, deve-se também esclarecer a intenção do autor ao escrever tal texto, é dizer, quais as razões que levaram à produção daquele texto. Parte dessa intenção, para não se cair na pura *doxa*, pode ser apresentada, limitando-se a mostrar a quem o autor se direciona e o que espera do público-alvo como resposta possível.

1.3 Texto:

Argumentar é dizer algo sobre algo para alguém, portanto, a linguagem tem conteúdo, forma e direção. Ademais disso, existem pressupostos lógicos que devem ser respeitados para que o discurso não se destrua a si mesmo antes mesmo de ser conhecido ou imediatamente após de ter sido proferido. Logo, antes de qualquer outra análise, deve-se procurar ver se o discurso desrespeita a essas regras básicas da argumentação, tais como os princípios de identidade, de não-contradição, do terceiro excluído; se não está habitado por falácias.

Existem duas dimensões da linguagem que se mostram ao mesmo tempo: a ação de falar e o conteúdo da fala. É papel do filósofo julgar se no discurso em questão existe alguma contradição performativa, que é a contradição entre o conteúdo da fala (dimensão locucionária da linguagem) e a ação que se pratica ao falar algum conteúdo (dimensão ilocucionária da linguagem) ⁵. Ou seja, nesse elemento a ser avaliado dentro da análise de uma peça argumentativa é se existe ou não alguma contradição entre o que o autor pronunciou e o ato que ele praticou ao pronunciar o seu discurso Assim, por exemplo, se alguém dissesse a frase “*toda regra tem exceção!*”, ele poderia ser acusado de contradição performativa, pois o conteúdo do que ele fala nega a existência de uma regra na qual não exista exceção, ao passo que, ao pronunciá-la, o autor está apresentando uma regra que não admite exceção.

Claro está que outras áreas de conhecimento filosófico e outras escolas de pensamento poderiam acrescentar outros elementos a serem sopesados, tais como os aspectos éticos dos

⁵ Austin distingue as três dimensões presentes em cada ação linguística (atos locucionário, ilocucionário e perlocucionário) Cf.: AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer*. Trad. de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas: 1990. 136p.

argumentos, no entanto, para essa presente proposta levar-se-ão em consideração tão somente os pontos supracitados.

2 APLICAÇÃO DAS REGRAS SUGERIDAS EM UM EXEMPLO:

Será tomado como base de aplicação dessas regras o discurso que pronunciou o ex-juiz federal, Sérgio Fernando Moro, quando pediu demissão do cargo de Ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil. O discurso em questão, por se tratar de uma peça argumentativa longa, não será analisado em sua inteireza, posto que ele serve aqui apenas como exemplo da aplicabilidade do modelo proposto. Para facilitar ainda mais a localização de cada parte analisada no corpo do discurso, optou-se por enumerar todos os parágrafos dessa peça argumentativa, que poderá ser encontrada em anexo ao final deste texto.

2.1 Contexto que antecede ao discurso

Vendo que sua atuação como ministro da justiça começava a ser tolhida pelo Presidente da República que vê nele um potencial concorrente à sua pretensão de reeleição, além da crise que se avizinhava e que exigiria dele uma atuação mais enérgica em defesa de pautas que ele havia recusado, como estratégias de defesa da vida dos povos indígenas e da população carcerária, o Ministro Sérgio Fernando Moro decide renunciar ao cargo que ocupava.

Sergio Moro chegou ao Ministério da Justiça e Segurança Pública como “super-ministro”, no governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, com a promessa de total autonomia. Ele ganhou notoriedade nacional e internacional pela condução dos processos relativos à Operação de combate à corrupção Lava-Jato. Antes de ser convidado para o cargo, ele atuava como juiz na 13ª Vara Federal de Curitiba, especializada em julgar crimes financeiros e de lavagem ou ocultação de bens.

Foi Moro quem determinou a prisão de figuras importantes na política nacional, como o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e muitos empresários, postos em prisão preventiva que tinham por objetivo indireto, pressioná-los a fazer acordos de delação premiada ou de leniência – no caso das empresas.

A atuação de Moro lhe rendeu críticas, após o site *The Intercept* divulgar trechos de conversas entre o então juiz e integrantes da procuradoria encarregados de investigar e apresentar as peças acusatórias, mostrando intervenções dele no andamento das investigações para forçar prisões, arrolar testemunhas de acusação, ou até mesmo mover procuradores que não conduzissem a acusação ao que o juiz desejava ver nos processos.

Para quem não o tinha como um herói nacional, mas como uma figurada da extrema-direita brasileira que estava sendo preparada por autoridades estadunidenses e pela mídia nacional para se apresentar como salvador da Pátria, estava clara a sua tática de julgamentos tendenciosos, vazamentos ilegais estrategicamente escolhidos com o intuito de destruir imagem do Partido dos Trabalhadores e de seu líder maior, ex-presidente Lula: assim ocorreu ao vazar uma conversa da então presidenta Dilma Rousseff com o ex-presidente Lula, na qual ela se antecipava à nomeação dele como ministro da Casa Civil para, segundo fez crer a forma como a mídia fez crer, livrar o ex-presidente de ser julgado pelo Juiz Moro – este vazamento teria sido o tiro de misericórdia no governo Dilma que já enfrentava o início de um processo de impeachment.

É importante trazer à tona somente mais a narrativa sobre outro vazamento estratégico, sendo, este último, fundamental para a vitória de Bolsonaro: a uma semana do segundo turno das eleições presidenciais de 2018, ocorreu o vazamento de uma delação feita pelo ex-ministro da Economia do Governo Lula, Antônio Palocci, contra o PT e contra o próprio ex-presidente Lula, essa delação acabou cumprindo o seu real intento que era influenciar no processo eleitoral em curso no País – ainda que tenha sido, recentemente rejeitada pelo Supremo Tribunal Federal como uma peça acusatória válida por não haver nada mais do que relatos sem provas.

O presidente Bolsonaro já se depara com um desgaste e crescimento acelerado de impopularidade por conta de sua flagrante ineficiência no enfrentamento da maior crise social, econômica e – por sua particular indiferença e inação em relação ao sofrimento e à morte das pessoas – humanitária de todos os tempos.

2.2 Pretexto revelado para seu discurso e renúncia

Após passar 16 meses à frente da pasta, decide sair do cargo que havia assumido. No pronunciamento que fez à imprensa fez um apanhado das ações no Ministério da Justiça e Segurança Pública, falou também sobre passado e futuro. Para justificar sua saída, o discurso traz graves acusações contra Bolsonaro, com as quais, segundo ele, não poderia compactuar. Também negou ser verdadeira a afirmação do Presidente Bolsonaro de que ele que tenha aceitado o cargo de ministro por também receber a promessa de ser futuramente indicado como ministro do Supremo Tribunal Federal e disse que a única condição imposta para assumir a função foi de que sua família tivesse uma pensão, caso algo acontecesse com ele enquanto estivesse à frente do ministério.

Sobre o futuro, Moro sinaliza que pretende ir “mais adiante”, “procurar um emprego”, ao que tudo indica, se apresenta como disposto a concorrer à cadeira de presidente da República, disputando com Jair Bolsonaro em 2022, essa pretensão fica evidenciada ao alegar na sua saída do ministério que precisa preservar sua biografia, deixando o Governo com a popularidade em alta. Pesquisa Datafolha de janeiro deste ano mostrou que ele é a personalidade pública em que os brasileiros mais confiam.

2.3 Aplicação da proposta ao texto do discurso de renúncia de Sérgio Moro⁶:

2.3.1 *Desrespeitos às regras básicas da argumentação no texto analisado:*

2.3.1.1 *Conflitos em relação ao Princípio de identidade:*

2.3.1.1.1 § 2: É provável afirmar que ele aqui fere este princípio ao afirmar ter decidido, mas não por sua opção, caso possamos afirmar que decidir sem ser por opção é não decidir.⁷

2.3.1.1.2 § 7: confunde autonomia de organização com ato de desobediência de autoridade superior.⁸

2.3.1.1.3 § 13: a função de um juiz não inclui a experiência em lidar com a polícia para o combate à corrupção, mas o de julgar os processos que sejam reparados pela polícia em parceria com o ministério público.⁹

2.3.1.1.4 § 21: O presidente da República, por diversas vezes, na presença do próprio Ministro Moro, reafirmou ter sido uma solicitação do Ministro que havia sido atendida por ele para mantê-lo controlando as ações de investigações sobre todas as operações financeiras do País. Uma forma sutil de dizer filosoficamente que ele faltou com a verdade aqui, talvez,

⁶ Cf. In.: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/24/veja-e-leia-a-integra-do-pronunciamento-em-que-moro-anunciou-saida-do-governo.ghtml>.

⁷ Cf.: IBIDEM: “Primeiro queria lamentar a realização dessa, eu pediria silêncio para falar sem intervenção. Eu queria lamentar esse evento na data de hoje. Nós estamos passando por uma pandemia, covid-19. Ontem, uma informação lamentável de 407 óbitos, 3.313 óbitos no total. Então, durante essa pandemia, infelizmente tendo que realizar esse evento, busquei ao máximo evitar que isso acontecesse, mas foi inevitável, então peço a compreensão de todos pela circunstância adversa, mas não foi por minha opção.”

⁸ Cf.: IBIDEM: “Isso é até um ilustrativo da importância de garantir o Estado de Direito, o run of law, a autonomia das instituições de controle e de investigação. Lembrando aqui até um episódio que um domingo qualquer durante aquelas investigações lembro que foi o superintendente Maurício Valeixo que recebeu uma ordem de soltura ilegal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, então condenado por corrupção, preso. Essa ordem, emitida por um juiz incompetente. Depois isso foi reconhecido nas demais instâncias, foi graças à autonomia dele, e o sentimento da necessidade de cumprimento de dever que ele comunicou às autoridades judiciárias e foi possível rever essa ordem de prisão ilegal, antes que ela fosse executada, demonstrando empenho dessas autoridades e a importância da autonomia das organizações de controle.”

⁹ Cf.: IBIDEM: “Permito-me aqui dizer que o presidente concordou com todas, com esse compromisso, combate à corrupção, combate à criminalidade violenta, combate à criminalidade organizada, falou até publicamente que me daria carta branca. Eu já tinha uma expertise por trabalhar com polícia, como juiz, evidentemente no combate à criminalidade organizada, e aceitei porque entendo que realmente fazer com que as coisas evoluíssem, e minha aceitação na época era que essa aceitação, que essa aceitação ao convite foi muito bem acolhida pela sociedade.”

fosse dizer que sua afirmação fere ao **princípio de identidade**, pois qualquer versão diferente daquela que foi afirmada sem contestação anterior fere a este princípio, mas claro que aqui se está fazendo uma ironia.¹⁰

2.3.1.2 Conflitos em relação ao Princípio de não-contradição:

2.3.1.2.1 § 30: Aqui o **princípio de não contradição** é claramente desrespeitado, revelando que a fala anterior se trata apenas de uma peça de propaganda publicitária.¹¹

2.3.1.2.2 § 31: Novo ataque ao **princípio de não contradição**, sobretudo por se considerar que se for verdadeira a frase de existem algumas indicações políticas que sejam positivas, será necessariamente falso que nenhuma delas seja positiva. A destreza do ex-ministro em toda peça argumentativa depõe contra a falta de conhecimento em relação ao uso da característica “multi-semântica” das palavras, pois esse modo de argumentação se apresenta em todo o discurso, levando à conclusão de que se busca não ser claro para confundir e escapar ao enfrentamento lógico sério. Aqui, por exemplo, ele confronta indicações não aceitáveis com indicações positivas, levando a possibilidade de concluir que sejam contraditórias entre si.¹²

2.3.1.3 Conflitos em relação ao Princípio do terceiro excluído

2.3.1.3.1 § 13: Para quem está preocupado apenas em assumir um cargo sem a preocupação com cargos futuros, ter como motivação a aprovação da sociedade aponta para uma suspeição do que foi garantido anteriormente, levando a pensar em um erro em relação ao **princípio do terceiro-excluído**.¹³

¹⁰ Cf.: IBIDEM: “Enquanto o Coaf esteve no Ministério da Justiça, eu não pedi que o Coaf viesse, mas foi proposto que ele fosse colocado na estrutura do Ministério da Justiça. Nós o fortalecemos, depois ele acabou sendo transferido para outros órgãos, onde tem presente que a estrutura fortalecida se manteve, acho que isso é muito positivo, também é um órgão de inteligência importantíssimo, que nós devemos inclusive aumentar sua estrutura e melhorar o seu funcionamento.”

¹¹ Cf.: IBIDEM: “Não é meu papel fazer indicações de superintendentes e assim tem sido no ministério como um todo. Eu sempre tenho solicitado, dado autonomia ao pessoal que trabalha comigo. A palavra certa não é subordinado, é equipe, pra que eles façam as melhores escolhas. Assim se valorizam os subordinados, desculpa, equipe, e as escolhas técnicas, eu tinha notícia quando eu assumi aqui o Ministério da Justiça de que havia rumores de que a Polícia Rodoviária Federal tinha algumas superintendências com indicações políticas. Eu escolhi o diretor-geral Adriano Furtado, aqui presente, ele pode testemunhar o que eu disse pra ele na ocasião que eu falei 'escolha tecnicamente!'.”

¹² Cf.: IBIDEM: “O que não é aceitável de maneira nenhuma são essas indicações políticas. Claro que às vezes existem indicações positivas, mas quando se começa a preencher esses cargos técnicos, principalmente de polícia, por questões políticas partidárias, provavelmente o resultado não é bom para a corporação inclusive. O presidente, no entanto, passou a insistir também na troca do diretor-geral. O que é que eu sempre disse ao presidente? 'Presidente, eu não tenho nenhum problema em trocar o diretor-geral da Polícia Federal, mas eu preciso de uma causa. E uma causa normalmente relacionada a uma insuficiência de desempenho, um erro grave. E, no entanto, o que eu vi durante todo esse período, até pelo histórico do próprio diretor-geral, que é um trabalho bem feito.’”

¹³ Cf.: IBIDEM: “Permito-me aqui dizer que o presidente concordou com todas, com esse compromisso, combate à corrupção, combate à criminalidade violenta, combate à criminalidade organizada, falou até publicamente que me daria carta branca. Eu já tinha uma expertise por trabalhar com polícia, como juiz,

2.3.2 *Falácias identificadas no texto analisado:*

2.3.2.1 § 6: Falácias de envenenar o poço, e de ênfase: apesar de admitir que a operação não sofreu tentativa de interferência externa por parte do governo do PT, constrói o argumento de modo a não admitir que este possa ter o mérito de ter garantido a autonomia da Polícia Federal e dos órgãos de investigação.¹⁴

2.3.2.2 § 14: Falácia *ad verecundiam*, pois se utiliza de sua experiência particular como juiz para servir como fiança de sua autoridade como “garantidor da lei e da imparcialidade e da autonomia das instituições”.¹⁵

2.3.2.3 § 15: Falácia de acidente convertido, pois usa uma opinião sobre sua própria atuação como digna de ser generalizada, ao afirmar não ter havido outra atuação mais efetiva.¹⁶

2.3.2.4 § 16: Omite propositalmente a informação de que a destruição de droga no país vizinho foi fruto da atuação das autoridades daquele país, induzindo ao erro de interpretação da causa dessa ação, constituindo **falácia de causa falsa**.¹⁷

2.3.2.5 § 17: A força nacional foi um grupo específico criado pelo Governo do Presidente Lula que reúne policiais tidos como excepcionais em suas atuações. Essa Força, no entanto, é enviada para resolver problemas extraordinários decorrentes da crise na segurança pública. Durante os 16 meses de atuação de Sérgio Moro não houve crise de segurança que requeresse

evidentemente no combate à criminalidade organizada, e aceitei porque entendo que realmente fazer com que as coisas evoluíssem, e minha aceitação na época era que essa aceitação, que essa aceitação ao convite foi muito bem acolhida pela sociedade.”

¹⁴ Cf.: IBIDEM: “É certo que o governo da época tinha inúmeros defeitos, aqueles crimes gigantescos de corrupção que aconteceram naquela época, mas foi fundamental a manutenção da autonomia da PF para que fosse possível realizar esses trabalhos, seja de bom grado ou seja pela pressão da sociedade, essa autonomia foi mantida e isso permitiu que os resultados fossem alcançados.

¹⁵ Cf.: IBIDEM: “E também me vi como, estando no governo, como também garantidor, claro que existem outras instituições importantes, Senado, Supremo Tribunal Federal, Ministério Público, mas entendia, pelo meu passado de juiz e pelo compromisso com Estado de Direito, eu também poderia ser um garantidor da lei e da imparcialidade e da autonomia dessas instituições.”

¹⁶ Cf.: IBIDEM: “Dentro do ministério, me permitam fazer... A palavra mote tem sido "integração". Nós atuamos muito próximo das forças de segurança estaduais, até mesmo municipais. Nós realmente trabalhamos duro contra a criminalidade organizada, ousou aqui dizer, claro que tudo isso é sujeito a críticas e segundas opiniões, mas que não houve um combate tão efetivo contra a criminalidade organizada como houve nessa gestão do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Trabalhamos não contra, mas com os governos estaduais. Tivemos o caso, por exemplo, da transferência e isolamento das lideranças do PCC, tivemos recentemente a prisão do da maior autoridade do PCC em liberdade, 20 anos foragido no exterior, graças a um trabalho de investigação eficiente da Policial Federal.”

¹⁷ Cf.: IBIDEM: “Tivemos recordes de apreensão de drogas, é importante tirar drogas das ruas. Tivemos recordes de destruição de maconha no Paraguai, que é nosso principal fornecedor. Números expressivos de apreensão de produto do crime, seja de droga, seja de corrupção, principalmente pela Polícia Federal. Buscamos fortalecer a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal nesse período, com ampliação de concursos existentes.”

o envio dessa tropa para todos os entes da federação, sendo, portanto, uma **falácia Ignoratio elenchi**.¹⁸

2.3.2.6 §19: Aqui, como em quase todo o discurso, o leitor atento irá perceber palavras que relativizam a abrangência do que vai ser dito a seguir, como um instrumento de retórica claramente utilizado para induzir ao erro de entendimento. Nesse caso específico, condiz à **falácia** denominada **anfibologia**, quando o argumento provoca uma falta de clareza e o consequente erro de interpretação.¹⁹

2.3.2.7 § 19: Ao final desse ponto se desvela, aos olhos do leitor atento, outra falácia de ambiguidade, **falácia de acento ou de ênfase**, quando, só ao final revela que, apesar de ter sido criada pelo Governo Federal, a citada secretaria se utiliza das polícias estaduais para ser executada, o que não significa mérito do Ministério da Justiça, mas das forças policiais dos entes locais da federação brasileira.²⁰

2.3.2.8 § 20: Aqui a **falácia de composição** se apresenta de forma gritante, por tomar a ação específica do Ministério da Justiça em uma tarefa que mobiliza parte desse ministério à ação com os povos originários – povos indígenas – de tal modo eu leva o leitor desatento a entender que a inação do Ministério se deve a mudança de prioridade de ação por conta da Pandemia, que efetivamente é uma falsa informação, pois que o próprio Ministério se mostrou negligente e resistente a assumir seu papel constitucional de guardião os povos originários também nesse período da pandemia, mas também na defesa e proteção das terras indígenas demarcadas e seus povos contra os criminosos que se veem legitimados para agir na derrubada da mata, nos garimpos ilegais, na grilagem de terras, no assassinato de indígenas.²¹

2.3.2.9 §22: Falácia de Anfibologia: Esse parágrafo é um exemplo absurdamente clarividente de palavras soltas, ambíguas, que sinalizam, sem clareza, uma série de projetos que não

¹⁸ Cf.: IBIDEM: “Levamos a Força Nacional a todo o território nacional. É uma instituição que, a meu ver, deveria ser fortalecida. Nós estamos, lá no Congresso Nacional, com uma emenda à Constituição para que possamos ter, com o tempo corpo próprio, sem prejuízo dos mobilizados, sem prejuízo dos requisitados dos estados.”

¹⁹ Cf.: IBIDEM: “Criamos o SEOP, Secretaria de Operações Integradas. SEOP desenvolveu um programa chamado Olhos e Vigia. Talvez um dos primeiros programas efetivos de controle de fronteiras, e trabalha com forças de segurança estaduais. Investimos em inteligência com centro de fusão. Várias outras áreas do Ministério da Justiça tiveram, a meu ver, um bom ganho de efetividade: área do consumidor, área de integração, área do SENAJUS.”

²⁰ Cf.: IBIDEM.

²¹ Cf.: IBIDEM: “No momento, o Ministério da Justiça está voltado principalmente para o combate da pandemia. Isso prejudicou um pouco os planos em curso, embora continuassem, mas estamos cuidando principalmente de epidemia, de vacinação, de coordenação das forças de segurança, com o plano nacional de segurança.”

saíram do papel. Quem o lê rapidamente, fica com a falsa impressão de que houve um elenco de ações exitosas nestes itens citados, o que não aconteceu.²²

2.3.2.10 § 24: Esse parágrafo e o anterior, são, no seu conjunto, um exemplo de falácia de **acidente inverso**, pois busca aplicar um princípio que se mostra verdadeiro em um caso particular, mas a forma como apresenta faz crer que ele pudesse ser tomado como verdadeiro em geral.²³

2.3.2.11 § 26: Encobre a falta de clareza na construção do argumento com uma **falácia ad populum**, já que seu desejo é uma mensagem subliminar que provoque na população brasileira a gratidão pelas supostas 10 mil vidas poupadas por uma ação que, se forem estudados a fundo tais dados, se perceberá que os verdadeiros responsáveis foram o Governo anterior e os governadores dos estados que passaram a atuar de forma mais incisiva no combate ao crime em seus estados.²⁴

2.3.2.12 § 27: Inicia-se aqui o argumento que objetiva uma conclusão, no final do discurso, de que o oponente que surge, no caso, o Presidente da República é uma pessoa indigna de credibilidade o que justificaria sua saída. Esse é um caso clássico da **Falácia de Argumento ad hominem Abusivo**.²⁵

2.3.2.13 § 33: Um discurso que, embora escrito, não prima pela clareza e precisão na sequência argumentativa pode revelar incoerências como esta que fere o **princípio do terceiro-excluído**.²⁶

²² Cf.: IBIDEM: “Tivemos o projeto de lei anticrime, que foi a principal mudança legislativa durante o nosso período de gestão, várias alterações, facilitações, o Depen fez também um trabalho fantástico, o Ministério Público, a Senad, desculpe aqui, um pouco cansativo, todas essas reflexões.”

²³ Cf.: IBIDEM: “Então, esse sempre foi o mote, sempre foi a palavra, frase de ordem do Ministério da Justiça e Segurança Pública, faça a coisa certa, não importa as circunstâncias, arque com as consequências, isso faz parte. Com tudo isso, nós conseguimos resultados expressivos, alguns deles eu já mencionei, como as questões de combate ao crime organizado.”

²⁴ Cf.: IBIDEM: “Mais de 10 mil brasileiros deixaram de ser assassinados. Claro, é um resultado compartilhado com os estados, com os municípios, onde tem combate à violência, ninguém tem dúvida disso, ninguém quer invocar esse mérito específico de maneira exclusiva, até por que a proposta do Ministério da Justiça sempre foi integração. O que importa é o resultado, não quem leva a medalha no final. Mas é muito significativo, isso me deixa muito feliz, que nesse primeiro ano nós tivemos resultados assim tão positivos para queda de violência, que é uma grande aspiração da população brasileira.”

²⁵ Cf.: IBIDEM: “Mas, enfim, esse é um trabalho que é permanente e duradouro. Bem, em todo esse período tive apoio do presidente Jair Bolsonaro em vários desses projetos, outros nem tanto, mas a partir do segundo semestre do ano passado passou a haver uma insistência do presidente na troca do comando da Polícia Federal. Isso inclusive foi declarado publicamente pelo próprio presidente.”

²⁶ Cf.: IBIDEM: “Mas o trabalho vinha sendo feito e até a queda dessas estatísticas criminais era um indicador relevante de que o trabalho estava sendo positivo. E há uma questão do nome; tem outros bons nomes pra assumir o cargo de diretor da polícia federal. Há outros delegados igualmente competentes. O grande problema de realizar essa troca, primeiro: havia uma violação a uma promessa que me foi feita inicialmente, que eu teria carta branca. Em segundo lugar, não havia uma causa para essa substituição, e estaria claro que estaria ali havendo uma interferência política na Polícia Federal que gera um abalo na credibilidade, não minha, minha também, mas também do governo, desse compromisso maior que temos que ter com a lei. ... E entra em impacto também, na minha opinião, na própria efetividade da Polícia Federal. E ia gerar uma desorganização. Não

2.3.2.14 § 33: **Falácia de Anfibologia:** faz uma construção obscura, com o intuito de omitir que os governos anteriores, ligados ao Partido dos Trabalhadores, não tentou fazer o que o atual presidente está, segundo o ex-juiz, tentando fazer.²⁷

2.3.3 *Contradições performativas identificadas no texto analisado:*

2.3.3.1 § 26: Essa premissa se contrapõe ao que representava a ação na qual ela foi proferida, pois enquanto ela sinaliza para a necessidade de que ninguém pudesse ganhar individualmente os méritos dos resultados obtidos, todo esse discurso era já uma tentativa de puxar para si o oposto do que é dito na premissa. Em outros momentos do discurso, o leitor atento verá a presença de frases que apontam para uma modéstia, mas que, em confronto com o contexto no qual ele foi proferido, mostra clara **contradição performativa**.²⁸

2.3.3.2 § 45: Todo esse parágrafo constitui uma gigantesca construção argumentativa que aponta para uma **contradição performativa**, pois, ao final mostra ser necessário fazer o que ele não fez durante todo o discurso e, de modo mais destacado nos últimos parágrafos: preservar a questão da hierarquia.²⁹

2.3.4 *Outras linhas possíveis de erros identificados no texto analisado:*

2.3.4.1 § 34: Apesar de não ser o foco de análise desse trabalho, pela possibilidade de que o presente escrito possa ser lido adequadamente por pessoas que não vivem no Brasil ou que não tenham destreza com a língua portuguesa, é importante deixar claro que o discurso em questão apresenta muitas falhas no correto uso das palavras de modo a não se fazer entender por parte de quem o lê. O presente discurso é povoado também por sequências de palavras e frases impossíveis de serem entendidas devido à falta de um padrão mínimo de adequada utilização da língua falada e escrita.³⁰

aconteceu durante a lava-jato, a despeito de todos os problemas de corrupção dos governos anteriores. Houve até um episódio em que foi nomeado um diretor no passado, com intuito de interferência política e não deu certo, ficou pouco mais de 3 meses.”

²⁷ Cf.: IBIDEM.

²⁸ Cf.: IBIDEM: “Mais de 10 mil brasileiros deixaram de ser assassinados. Claro, é um resultado compartilhado com os estados, com os municípios, onde tem combate à violência, ninguém tem dúvida disso, ninguém quer invocar esse mérito específico de maneira exclusiva, até por que a proposta do Ministério da Justiça sempre foi integração. O que importa é o resultado, não quem leva a medalha no final. Mas é muito significativo, isso me deixa muito feliz, que nesse primeiro ano nós tivemos resultados assim tão positivos para queda de violência, que é uma grande aspiração da população brasileira.”

²⁹ Cf.: IBIDEM: “Essa precipitação de realização da exoneração, não vejo muita justificativa. Eu tenho até outras divergências, tive outras divergências com o presidente da República durante essa permanência aqui. Tive muitas convergências, recebi apoio do presidente em diversas ocasiões importantes, assim como dei apoio ao presidente em público em várias circunstâncias, tive pontuais divergências, mas eu acho que como ministro estou numa relação que eu tenho que preservar também a questão da hierarquia.”

³⁰ Cf.: IBIDEM: “A própria instituição rejeitou a essa possibilidade, e o problema é que nas conversas com o presidente e isso ele me disse expressamente que não é só troca do diretor geral, haveria também intenção de trocar superintendentes, novamente o superintendente do RJ, outros superintendentes provavelmente viriam em seguida... Superintendente da Polícia Federal de Pernambuco sem que fosse me apresentado uma razão uma causa para realizar esses tipos de substituições que fossem aceitáveis. Por muito tempo pelo presidente busquei postergar essa decisão às vezes até sinalizando que poderia concordar no futuro com essa possibilidade e até num

2.3.4.2 § 38: Devido à ausência de uma construção argumentativa que obedeça às regras básicas da língua portuguesa, nesse trecho, como em muitos outros desse discurso, mantém-se a dúvida acerca do que, de fato, o seu autor quis dizer. Se se considera literalmente o que está escrito, pode-se pressupor que o ex-juiz está assumindo que é inapropriado o que disse o Presidente, mas a mesma forma de escrita deixaria acreditar que ele não teria entendido de modo apropriado, o que somente revelaria incapacidade de compreensão e, não, reprovação do que foi entendido.³¹

2.3.4.3 § 45: Apesar de que a Constituição Brasileira determina que se deve respeitar o “Estado Democrático e de Direito” em nenhuma das quatro vezes nas quais o Juiz Moro se referia ao Estado Brasileiro, somente se referiu ele como simples Estado de Direito, dando ênfase ao estado aonde prevalece o poder da Lei, o que se poderia opinar que tal lei pudesse ser posta mesmo a despeito da democracia³².

2.3.4.4 §§ 48-55: Caso se optasse por fazer também uma análise segundo critérios relacionados à **Filosofia Social e Política**, poder-se-ia verificar que nesses últimos oito parágrafos se acentuou o caráter messianista que o discurso do ex-juiz tentou passar não somente nesse discurso quanto no ato de pedir demissão.³³

Referência Bibliográfica

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer*. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas: 1990. 136p.

COPI, Irving M.. *Introdução à Lógica*. Trad. Álvaro Cabral. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1978. 488p.

MORO, Sérgio Fernando, *Íntegra do pronunciamento em que Moro anunciou saída do governo* [Acessado em 10 de janeiro de 2023]

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/24/veja-e-leia-a-integra-do-pronunciamento-em-que-moro-anunciou-saida-do-governo.ghtml>

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. 2. ed. São Paulo, Edusp, 1994. 296 p.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção: Os Pensadores). 207 p.

primeiro momento pensando não de repente pode ser feito pode ser alterado mas cada vez mais me veio a sinalização de que seria um grande equívoco realizar essa substituição.”

³¹ Cf.: IBIDEM: “As investigações têm que ser preservadas. Imaginem se, durante a Lava Jato, o ex-presidente Lula, a ex-presidente Dilma ficassem ligando para a Polícia Federal em Curitiba para colher informações. A autonomia da Polícia Federal, com respeito à autonomia da aplicação da lei, seja a quem for, é um valor fundamental que temos que preservar dentro de um Estado de Direito. O presidente me disse isso expressamente, e eu não entendi apropriado.”

³² Cf.: IBIDEM: “Essa precipitação de realização da exoneração, não vejo muita justificativa. Eu tenho até outras divergências, tive outras divergências com o presidente da República durante essa permanência aqui. Tive muitas convergências, recebi apoio do presidente em diversas ocasiões importantes, assim como dei apoio ao presidente em público em várias circunstâncias, tive pontuais divergências, mas eu acho que como ministro estou numa relação que eu tenho que preservar também a questão da hierarquia.”

³³ Cf. In.: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/24/veja-e-leia-a-integra-do-pronunciamento-em-que-moro-anunciou-saida-do-governo.ghtml>